

**EDcl no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.001.614 - RS (2011/0228014-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE** : FERNANDO SANT'ANNA FINN  
**ADVOGADO** : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939  
**ADVOGADA** : CINTIA ROBERTA DA CUNHA FERNANDES E OUTRO(S) - DF026668  
**SOC. de ADV.** : ALINO & ROBERTO E ADVOGADOS  
**EMBARGADO** : UNIÃO  
**EMBARGADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**PROCURADOR** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR000000F

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão ou a corrigir erro material, a teor do art. 1.022 do CPC.
2. No caso dos autos, o acórdão embargado concluiu pela inaplicabilidade do representativo indicado pela defesa, uma vez que as hipóteses são díspares, não havendo similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados, já que nos presentes autos a discussão acerca de ofensa à coisa julgada na não incidência do índice de 28,86% sobre a GEFA ocorreu pelo fato de o título exequendo ser omissivo sobre quais verbas incidiria o reajuste. Por outro lado, no aresto paradigma ficou consignado que a sentença exequenda determinou a incidência do percentual de reajuste sobre a remuneração dos servidores, o que por certo engloba a gratificação temporária.
3. Pretende o embargante, portanto, a revisão do julgado que lhe foi desfavorável, a fim de que as questões suscitadas sejam solucionadas de acordo com as teses que julga corretas. Tal pretensão, entretanto, não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, que vincula a demonstração de alguns dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC-2015.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge

Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.  
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator

